

é objeto específico de nenhum deles. Tal omissão, embora relevante, não torna a obra menos importante. Em boa medida, para nós, essa lacuna parece refletir, em contraste com o que ocorre no Brasil, o lugar (ou o não-lugar) ocupado pelo *trabalho* na sociedade européia, na construção da categoria *juventude*. Todavia, a diversidade de temas e pontos de vista apresentados nessa coletânea é fundamental para quem deseja compreender não apenas as questões e as contradições inerentes à juventude, mas a própria sociedade contemporânea.

Helena Wendel Abramo e Pedro Paulo Martoni Branco (orgs.). Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional. São Paulo, Fundação Perseu Abramo/Instituto Cidadania, 2005, 448 pp.

Cristiane A. Fernandes da Silva
Doutoranda em Sociologia pela FFLCH – USP

A juventude é um tema cada vez mais presente na sociedade contemporânea, tanto nos espaços acadêmicos de discussão e investigação como nas agendas para o desenvolvimento de políticas públicas.

Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional é uma obra densa, cujos estudos e achados são capazes de contribuir para a inclusão social juvenil no espaço público, incorporando sugestões advindas de demandas juvenis para as políticas de cidadania endereçadas a essa categoria social. Estruturado em quatorze capítulos temáticos, precedidos por uma apresentação e uma introdução metodológica, contém ao final um anexo com 126 gráficos, que servem de material de apoio para a reflexão desenvolvida pelos autores ao longo dos capítulos.

Trata-se de coletânea multidisciplinar, composta por autores oriundos das ciências humanas, com formações diversas, que discutem uma ampla gama de temas relativos à condição da juventude contempo-

rânea brasileira, abrangendo desde questões relativas ao valor, à cultura, à educação e ao trabalho, até tópicos de religião, saúde, relações sociorraciais e cultura política. A diversidade de autores e temas poderia ter resultado em uma colcha de retalhos; no entanto, os capítulos surpreendem o leitor, revelando, ao longo de algumas centenas de páginas, um painel articulado e instigante. Talvez seja justamente a formação multifacetada dos autores, ao abordarem temas tão variados porém complementares, o que confere à obra a possibilidade de trazer à luz um panorama bastante consistente da juventude brasileira, por meio dessa multiplicidade de visões que se articulam e dialogam entre si.

Os vários capítulos baseiam-se em dados quantitativos provenientes da pesquisa nacional “Perfil da Juventude Brasileira”, desenvolvida por uma parceria entre o Instituto Cidadania, o Sebrae e o Instituto de Hospitalidade. As informações empíricas foram coletadas entre novembro e dezembro de 2003, por meio de questionários aplicados entre 3.501 jovens de 15 a 24 anos de idade, em seus domicílios, distribuídos por 198 municípios de 25 estados brasileiros.

A apresentação é dos organizadores do livro, Helena W. Abramo, socióloga, e Pedro Paulo Martoni Branco, economista, historiador e engenheiro civil, que tecem comentários a respeito do “Projeto Juventude”, enfatizando a relevância do estudo para prover elementos para a tomada de decisões e implementação de medidas políticas que permitam a expansão da cidadania dos jovens por meio da divulgação das demandas juvenis. A introdução, de cunho metodológico, é desenvolvida pelo sociólogo Gustavo Venturi e fornece os critérios adotados pela coordenação para o desenvolvimento da pesquisa.

Paul Singer, economista e administrador, escreve o primeiro capítulo, intitulado “A juventude como coorte: uma geração em tempos de crise social”, e apresenta um ponto de vista bastante otimista e (por que não?) inusitado sobre a *participação política* diferenciada da juventude atual. O autor aponta as gera-

ções paternas sucessivas (pais, avós, patrões e governantes) como construtoras históricas do atual cenário social de crise (desemprego e violência urbana), ao qual a coorte juvenil tem de se submeter e contestar, ou então delinquir. A partir dos dados da pesquisa “Perfil da Juventude Brasileira”, constata que o fato de a maioria dos jovens se identificar com ideais de esquerda (solidariedade, respeito às diferenças, igualdade de oportunidades) sinaliza o seu desejo de mudar o mundo, não tanto pela militância política convencional, mas mediante o voluntarismo social.

“Condição juvenil no Brasil contemporâneo”, capítulo escrito por Helena W. Abramo, chama a atenção para a indeterminação, apesar de sua forte presença nos debates políticos, do termo “juventude” e investiga os *sentidos* (no plural) *da atual condição juvenil*, levando em conta suas diferenças e desigualdades. Seu ponto focal remete à crítica da concepção clássica sobre a condição juvenil, que a considera mera fase de vida transitória entre a infância e a fase adulta. Enfatiza a necessidade de considerar os atributos socioculturais desse período e lembra que a concepção atual de juventude o aponta como uma fase de moratória, não no sentido de suspensão dos “deveres e direitos da produção, reprodução e participação” (p. 41), mas no de “possibilidade de vivência e experimentação diferenciada” (p. 69), nos campos da sexualidade e da educação, dos compromissos e dos encargos. A autora destaca, ainda, que as políticas públicas deveriam considerar não somente a dimensão formativa da juventude, mas também aquela referente à experimentação e à participação.

“Brasil: jovens de norte a sul”, terceiro capítulo escrito pelo cientista político Antonio Lassance, busca examinar certas variantes regionais da constituição de uma possível identidade nacional juvenil. Depois de apresentar as condições salariais, educacionais e de participação eleitoral dos jovens, do nordeste, do sudeste, do sul e do centro-oeste, Lassance conclui que é possível falar da existência de um jovem brasileiro, ponderando, entretanto, que existem matizes em suas

condições e perfis. Os jovens brasileiros aproximam-se no perfil demográfico (as diferenças revelam-se mais nitidamente na comparação entre centro e periferia, cidades grandes, médias e pequenas, zona rural e urbana, do que na comparação entre regiões), na satisfação com a família e com a educação, na sua autoimagem (satisfação sexual e de saúde), no pessimismo com o mundo, no otimismo com o Brasil, no otimismo exagerado quanto ao próprio futuro, na compreensão do significado de cidadania, na idéia de que ser jovem significa conviver com riscos, na desconsideração das mudanças na política, na pouca consideração em alterar as desigualdades e na preocupação com o desemprego. Por outro lado, os jovens divergem em relação às expectativas de melhora de vida no seu bairro e no mundo, às visões de mundo e às estratégias para conseguir emprego.

No quarto capítulo, “Algumas reflexões e muitas indagações sobre as relações entre juventude e escola no Brasil”, a socióloga Marília Sposito expõe sua análise sobre a questão da *educação*. Inicialmente, desenvolve incursão teórica a respeito da desregulação e da descronologização dos ciclos de vida que assolam as experiências juvenis no mundo contemporâneo, ocasionadas pela crise das instituições tradicionais (família e escola) no que se refere a garantir a passagem do jovem para a vida adulta, com sua entrada no mundo do trabalho. Acena, dessa forma, para o não-monopólio dessas instituições no processo da socialização juvenil, que também passa a advir de diversas outras instâncias, como a convivência grupal, o lazer, o consumo e a produção cultural. Ressalta, no entanto, que a família continua sendo importante – particularmente para os jovens mais pobres – pela estabilidade financeira e simbólica que propicia, ausente nas ações governamentais. Por fim, alinhava que, embora suas experiências socializadoras não tenham aderência absoluta às esferas da escola e do trabalho, os jovens de hoje ainda lhes conferem relevância. Desse modo, a juventude no Brasil também continua sendo construída pela família, pelo trabalho e pela escola.

O capítulo seguinte, “Juventude e trabalho: desafios e perspectivas para as políticas públicas”, escrito por Pedro Paulo Martoni Branco, assinala o cenário internacional do desemprego, cujo crescimento, nos últimos dez anos, vem se acentuando mundialmente e já atinge 47% dos jovens de 15 a 24 anos, e mostra que, se cotejadas com a realidade vivida pelos adultos, as ocupações dos jovens apresentam situação bem mais preocupante. Elas são – majoritariamente – caracterizadas pela baixa qualidade, pela precariedade dos vínculos empregatícios e por menor remuneração, localizam-se nos setores informais e comprometem a escolarização. O autor menciona os assuntos que mais interessam aos jovens – educação, cultura e lazer – e sublinha que, para eles, o bom e o ruim de ser jovem está muito pouco vinculado à existência ou ausência de trabalho, e que os problemas mais preocupantes se referem ao binômio segurança e emprego. Pautando-se por essas informações, organiza uma agenda indicativa para orientar as ações governamentais concernentes às políticas públicas para a juventude, ligadas como à sua formação quanto ao lazer e ao trabalho.

Trabalho é o tema do sexto capítulo, designado pela socióloga Nadya A. Guimarães, de modo instigante, de “Trabalho: uma categoria-chave no imaginário juvenil?”. Ela alude inicialmente à repercussão da crise do mercado de trabalho na literatura, que há vinte anos aponta para sua decrescente importância no provimento tanto de sobrevivência duradoura como de espaço de sociabilidade e identidade aos indivíduos. Cotejando essa visão teórica com os achados da pesquisa “Perfil da Juventude Brasileira”, conclui que, embora “objetivamente disforme” e “despadronizado”, com situações ocupacionais imprevisíveis, o trabalho continua ocupando lugar de referência importante para os jovens brasileiros, não sendo, portanto, “subjetivamente periférico” em suas percepções, comportamentos e atitudes. Guimarães também destaca que a relevância do trabalho para esse segmento social advém não tanto de seu significado ético, mas principalmente da preocu-

pação com sua ausência no cotidiano, e afirma que são três os sentidos que ele assume entre os jovens: é um valor, uma necessidade e um direito. Nessa esteira analítica, sustenta que o trabalho é o *locus* não somente da produção de bens e serviços, mas também da produção de representações simbólicas dos jovens.

O texto subsequente discute o *lazer* juvenil. Os educadores Ana Brenner, Juarez Dayrell e Paulo Carrano desenvolvem esse capítulo, intitulado “Culturas do lazer e do tempo livre dos jovens brasileiros”, no qual alertam que a juventude é uma categoria heterogênea, mesmo na esfera do tempo livre e do lazer, especialmente por razões socioeconômicas. Não pode, assim, ser rotulada essencialmente pela fruição de entretenimentos desinteressados e distantes da realidade (do trabalho) e das relações sociais. Para os autores, é sobretudo no tempo livre e de lazer que os jovens edificam suas normas e experiências, identidades e expressões culturais.

A *sexualidade* entra em cena no oitavo capítulo, “Os jovens falam sobre sua sexualidade e saúde reprodutiva: elementos para uma reflexão”, com a análise da psicóloga social Gabriela Calanzas. A autora desmonta a idéia essencialista que concebe a sexualidade dos jovens como algo “natural” e a-histórico, calcado tão-somente no amadurecimento hormonal, e ressalta que os dados da pesquisa “Perfil da Juventude Brasileira” evidenciam a preocupação principalmente com assuntos vinculados ao cenário social – emprego, educação, violência e cultura –, enquanto a sexualidade ocupa lugar quase residual em seus interesses. Calanzas sugere que a abertura das práticas sexuais experimentada pelo jovem de hoje é que o torna pouco interessado em questões ligadas à sexualidade, embora ela seja erroneamente enfatizada pela mídia como de interesse juvenil.

O tema da *ruralidade* é tratado pela antropóloga Maria Carneiro, no nono capítulo, “Juventude rural: projetos e valores”. O texto critica a maior parte dos estudos sobre o jovem no campo, que o consideram apenas um membro do trabalho familiar, não levando

em conta sua participação sociocultural no mundo globalizado. É discutida a impossibilidade de traçar um perfil da juventude rural, uma vez que a própria definição do termo é frouxa, devido ao estreitamento das fronteiras culturais entre campo e cidade. Como ilustração desse encurtamento de fronteiras, a autora lembra que “educação, emprego, cultura e lazer” atraem igualmente o interesse dos jovens urbanos e rurais, o que leva, assim, ao questionamento dessa polarização. Ela destaca ainda que, ao manter sua identidade afetiva no campo, os jovens rurais vivem conflitos de valores, na medida em que lançam para a cidade suas perspectivas de futuro profissional.

Regina Novaes, também antropóloga, reflete sobre a *religiosidade* juvenil no décimo capítulo, cujo título traz uma indagação: “Juventude, percepções e comportamentos: a religião faz diferença?”. Ela ressalta que é fundamental, no campo das crenças, desnaturalizar a idéia vigente de oposição entre religião e participação política e entre religião e ciência. Uma razão conjuntural para essa dissociação consiste na eclosão de grande número de escolhas religiosas, em um mundo marcado pelo crescimento do desemprego e da violência, ao lado do desenvolvimento da tecnologia. Esse contexto favorece as manifestações sincréticas dos jovens, que amalgamam diferentes espiritualidades. Novaes constata que a religião continua fazendo diferença para a juventude atual, haja vista o fato de que as instituições religiosas ainda produzem espaços de agregação social e de construção de identidades juvenis.

Tratado por autoras de formação bastante diversificada – a historiadora e socióloga Gevanilda Santos, a psicóloga e assistente social Maria Santos e a jornalista e cientista social Rosângela Borges –, o capítulo onze, “A juventude negra”, discute as relações sociorraciais. O próprio tema do capítulo anuncia sua abordagem, pois o prefixo “socio” mostra claramente que para tratar do polêmico tema “raça” é preciso levar em conta a situação socioeconômica. Portanto, a tônica do texto está voltada para o exame da

situação dos jovens negros brasileiros, que vivem em uma sociedade que os discrimina, ainda que composta em sua maioria por membros dessa raça. Curiosamente, foi detectado que quase não há diferença significativa de percepções entre negros e brancos no que se refere às vantagens de ser jovem, ao orgulho de ser brasileiro e à preocupação em adquirir conhecimento. Dados que acenam – alertam as autoras – para a crença no mito da democracia racial por parte dos jovens negros, já que, nos campos do emprego, da educação, do lazer e da segurança, eles enfrentam maiores dificuldades do que os brancos, devido à discriminação sociorracial.

O *uso de drogas* é examinado pela psicóloga e cientista social Beatriz Carlini-Marlatt, no capítulo intitulado “Jovens e drogas: saúde, política neoliberal e identidade jovem”. A autora denuncia a ditadura das corporações transnacionais e a condescendência nacional em relação ao uso de drogas, especialmente quanto à legalidade do álcool e do tabaco. Carlini-Marlatt sublinha que, no Brasil, a ingestão de álcool por não dependentes é a principal razão de mortes, doenças e deficiências físicas, que atingem principalmente jovens. Menciona, em relação ao tabaco, que 90% dos fumantes adultos iniciaram esse vício na adolescência. Pautando-se por esses dados, apela por uma política menos liberal no tocante ao uso do álcool e do tabaco, que, estatisticamente, causam mais danos à sociedade do que o próprio uso (e não o tráfico) de drogas ilícitas, embora sejam estas as mais alardeadas pela mídia.

No penúltimo capítulo, “Questões sobre juventude, cultura política e participação democrática”, Paulo Krischke analisa a *cultura política* dos jovens. O cerne de sua reflexão é o pressuposto de que os estudos sobre cultura política são uma forma de revelar a disposição das pessoas de dar apoio ao regime democrático. O autor lembra que, apesar de a abertura político-eleitoral ter possibilitado aos jovens votar a partir dos 16 anos de idade, eles aderem muito pouco à participação política convencional, o que não

significa que sejam apolíticos. Comenta que o apoio juvenil à democracia advém sobretudo daqueles que apresentam o seguinte perfil: homens ou mulheres que trabalham, mais velhos, com maior grau de escolaridade, maior renda familiar, moradores de lugares mais urbanizados e com ocupações mais qualificadas. O autor chega à conclusão de que os jovens brasileiros, tanto quanto os jovens europeus, têm alta participação política.

Finalmente, o último capítulo, “Maiorias adaptadas, minorias progressistas”, desenvolvido pelo sociólogo Gustavo Venturi e pela analista de pesquisa Vilma Bokany, prossegue o tema anterior. Os autores criticam acidamente os veículos impressos de comunicação que, com base na pesquisa “Perfil da Juventude Brasileira”, rotularam os jovens de conservadores e despolitizados de forma equivocada e tendenciosa. De seu ponto de vista, se analisada com profundidade, a pesquisa revela que a juventude brasileira atual é mais participativa e mais progressista do que as de outrora.

Como se pôde perceber aqui, *Retratos da juventude brasileira* efetivamente delinea, em suas diversas facetas, alguns retratos extremamente instigantes do que é ser jovem no Brasil contemporâneo.

Elsa Ramos, Rester enfant, devenir adulte: la cohabitation des étudiants chez leurs parents. Paris, L'Harmattan, 2002 (col. Logiques Sociales), 264 pp.

Melissa Mattos Pimenta
Doutoranda em Sociologia pela FFLCH – USP

Rester enfant, devenir adulte debruça-se sobre um dos fenômenos que mais têm inquietado pesquisadores na área de juventude: a permanência, cada vez mais prolongada, de jovens adultos na casa dos pais. Esse fenômeno vem sendo observado desde meados da década de 1980, quando Jean-Claude Chamboredon identificou uma “nova idade da vida”, que bati-

zou de “pós-adolescência”¹. As razões apontadas para esse fenômeno são bastante conhecidas: por um lado, a generalização do acesso à educação e a progressiva extensão da escolaridade obrigatória têm levado cada vez mais jovens a prolongar seus estudos; por outro lado, as crescentes dificuldades de inserção efetiva no mercado de trabalho têm levado as novas gerações a experimentar períodos cada vez mais longos de instabilidade laboral, marcados por contratos temporários, condições de trabalho insatisfatórias ou rendimentos insuficientes para a concretização de projetos pessoais, muitas vezes alternados com períodos de desemprego e procura por vagas. A combinação desses dois fatores tem levado à extensão do período entre a conclusão dos estudos e o início da vida ativa, fazendo com que muitos jovens posterguem os planos de abandonar o lar familiar, casar e ter filhos. Esse intervalo maior entre o término da preparação profissional e a formação de uma família, caracterizado tanto como um “adiamento” da vida adulta, quanto um “prolongamento” da situação de juventude, tem sido preenchido por práticas e estilos de vida alternativos ao modelo familiar tradicional, como viver sozinho ou em coabitação e ter filhos fora do casamento. Essas tendências têm ocupado pesquisadores em diversas áreas do conhecimento e produzido inúmeras publicações sobre o tema.

Contudo, a justificativa para a permanência prolongada na casa dos pais pelo viés da falta de trabalho não é suficiente: como explicar a decisão de permanecer em casa por parte de jovens que trabalham, têm rendimentos próprios e são independentes financeiramente? Vários fatores têm sido apontados como causa desse fenômeno, entre eles o entendimento de que a “pós-adolescência” seria um período de “experimentação” e de “desfrute” da juventude, antes da assunção das responsabilidades tradicionalmente atribuídas ao indivíduo adulto.

Mas a permanência prolongada na residência da família de origem também é atribuída a outros fatores estruturais, entre eles os crescentes custos da habita-